

Demonstrações Financeiras

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

31 de dezembro de 2010 e 2009
com relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, atendendo às disposições legais e estatutárias, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Apresentamos, também, os trabalhos desenvolvidos pela Concessionária Auto Raposo Tavares - CART que demonstram sua busca pela excelência em seus processos de gestão, aliados ao desenvolvimento socioambiental das regiões onde atua.

APRESENTAÇÃO

Em 2008, o governo do Estado de São Paulo publicou o edital para a concorrência de concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Estadual de Concessão Rodoviária. O edital estabeleceu as regras gerais para a concessão, as obrigações da concessionária e a data do leilão.

O leilão de concessão foi realizado em outubro de 2008. O vencedor foi o consórcio formado pela Construtora OAS e pela INVEPAR – Investimentos e Participações em Infraestrutura.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de março de 2009. Com isso, o Estado transferiu a administração das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, trecho Bauru – Presidente Epitácio pelo prazo de 30 anos para a CART – Concessionária Auto Raposo Tavares. O corredor é uma das principais vias de produtos, serviços e mercadorias no estado de São Paulo, formado por mais 30 municípios, com forte potencial econômico. É também uma valiosa ligação entre o estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o estado do Paraná, que possui o porto de Paranaguá.

Um dia após a assinatura do contrato, especificamente no dia 17 de março de 2009, a CART iniciou as operações nas rodovias, tendo como visão institucional SER REFERÊNCIA PELA EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONCESSÃO RODOVIÁRIA. Neste mesmo dia, os usuários já podiam contar com os recursos de atendimento ao usuário (socorro médico e mecânico). A CART iniciou também a execução do programa de recuperação emergencial das rodovias (SP-225, SP-327 e SP-270), chamado de Programa Intensivo Inicial (PII), encerrado em Novembro de 2009.

Oferecer rodovias mais seguras, buscar novas tecnologias em benefício aos seus usuários e as comunidades ao longo dos 444 quilômetros de rodovia, fazem parte da missão da empresa. A CART acredita que uma gestão responsável do bem público concedido reforça seus compromissos com a ética, valorização de seus colaboradores, segurança, desenvolvimento sustentável de seu negócio e investimentos socioambientais.

A CART trabalha de forma séria e responsável e está presente no dia-a-dia da região por 30 anos. Mais do que garantir a implantação de um modelo de excelência no Corredor Raposo Tavares, ela assume um compromisso de administrar com transparência e contribuir com o crescimento de toda região, através de rodovias novas e mais seguras, gerando novas oportunidades de crescimento.

MERCADO

Desde a década de 90, com o fim do modelo que garantia investimentos públicos em infraestrutura rodoviária, o governo federal e os governos estaduais buscam alternativas para garantir que tais investimentos continuem ocorrendo nos sistemas rodoviários que administram. Diante desses desafios, foram desenvolvidos programas de concessão rodoviária pelo governo federal e pelos governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul e outros modelos de PPP (Parcerias Públicas Privadas). Tal modelo passou a demonstrar a viabilidade de se manter as rodovias federais e estaduais através da obtenção de recursos advindos da cobrança de pedágio e, em contrapartida, as concessionárias proveriam a recuperação, desenvolvimento, ampliação e modernização das rodovias firmando compromissos de longo prazo estabelecidos em contratos de concessão onerosa.

Outros países na Europa, Ásia, Oceania, África e nas Américas também optam pela manutenção de seus principais eixos rodoviários através de recursos procedentes da cobrança de pedágio. Isso demonstra a tendência mundial de investimentos em infraestrutura, principalmente rodoviária, sendo cada vez mais comum a transferência da gestão do bem público para empresas privadas, desonerando os governos para investimentos em outros setores de sua gestão pública como educação, saneamento básico, segurança, etc.

De acordo com a Pesquisa CNT de Rodovias 2010, 33,4% dos trechos avaliados (ou seja, 30.326 km) são considerados como “Regular”, enquanto 25,4% (23.149 km) são considerados como “Ruim” (17,4%) ou “Péssimo” (8,0%). Os 37.470 km (41,2%) restantes são classificados como “Ótimo” ou “Bom”. Esta mesma pesquisa esclarece que os resultados denotam a situação deficiente de uma larga extensão da malha rodoviária no Brasil e, por outro lado, representam os grandes desafios a serem enfrentados pelos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo de melhorar a principal infraestrutura de transporte utilizada no país.

Conforme informações da NTC&Logística, no Brasil, aproximadamente 60% de toda a sua produção nacional de bens é transportada pelo modal rodoviário. Diante deste cenário, conclui-se que para garantir a continuidade do crescimento da economia nacional, é necessário o investimento em melhorias, incluindo maior segurança e conforto de suas estradas, sem prejuízo de investimentos em outros modais.

A ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em seu relatório anual de 2009, demonstrou que em apenas dois anos os investimentos privados em rodovias cresceram 116%, sendo que em 2007 foram investidos R\$1,42 bilhão, em 2008 R\$ 2,68 bilhões e em 2009 foram investidos R\$ 3,07 bilhões nas rodovias concedidas. Neste mesmo relatório, foi também demonstrado que, além de realizar investimentos e melhorar a operação das rodovias, as concessionárias beneficiaram os cofres públicos, com o recolhimento de tributos federais e municipais, totalizando R\$ 1,60 bilhão, dos quais, R\$ 1,17 bilhão em tributos federais e R\$ 427,76 milhões repassados a 648 municípios (ISS).

No estado de São Paulo, em outubro de 2008, foi realizada a 2ª fase da 2ª etapa do programa de concessões paulista, com 5 lotes de rodovias, totalizando 1.715 km de rodovias principais e 917 km de rodovias vicinais. Nesta fase, através da outorga fixa foi possível obter, por parte do governo, R\$ 4,2 bilhões que foram pagos em dois anos, e subsidiaram outros investimentos ligados à infraestrutura no estado de São Paulo.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia mundial iniciou em 2010 sua trajetória de recuperação. No Brasil, o aumento da demanda interna por transporte de cargas para atender o mercado das indústrias situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, e o aumento da demanda externa, provocada pela necessidade de escoamento das safras e de produtos pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), influenciaram positivamente o negócio da CART.

Nas praças de Pedágio da CART, foi registrada a passagem de 42.187.579 veículos equivalentes pagantes, correspondente a uma média diária de 115.582 veículos equivalentes pagantes dia.

RECURSOS HUMANOS

Um dos objetivos estratégicos da CART é ser um agente de desenvolvimento regional no Corredor Raposo Tavares. Para isso, a empresa prioriza a contratação de mão-de-obra localizada dentro da região onde está inserida. Além da contratação, a empresa também investe no treinamento, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. Apenas em 2010, foram realizadas 17.351 horas de treinamento e investidos R\$ 219 mil em capacitação e desenvolvimento.

Ao final de 2010 a empresa fechou seu quadro de pessoal com 581 empregos diretos e 1.349 empregos indiretos, contra 518 empregos diretos e 1.350 empregos indiretos em 2009. A CART motiva e valoriza o trabalho em equipe, tendo essa premissa como propulsora da empresa na superação de seus desafios ao longo dos seus 30 anos de concessão.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Estar à frente das tendências, buscar as melhores práticas de mercado e o investimento em tecnologias de ponta para a gestão de seu negócio, fazem parte da cultura da empresa. Em 2010, a CART investiu em novas propostas de tecnologia para atendimento a seus usuários, nos testes com o sistema de pagamento eletrônico aplicável a motociclistas (TAG adesivo) e ao final de 2009, foi a primeira concessionária a adotar sistema de rádios digitais bidirecionais com a tecnologia de

banda larga sem fio Ponto-a-Ponto no Brasil. Essas iniciativas exemplificam como nossos colaboradores são motivados a apresentar soluções inovadoras, acessíveis e práticas para o negócio da empresa.

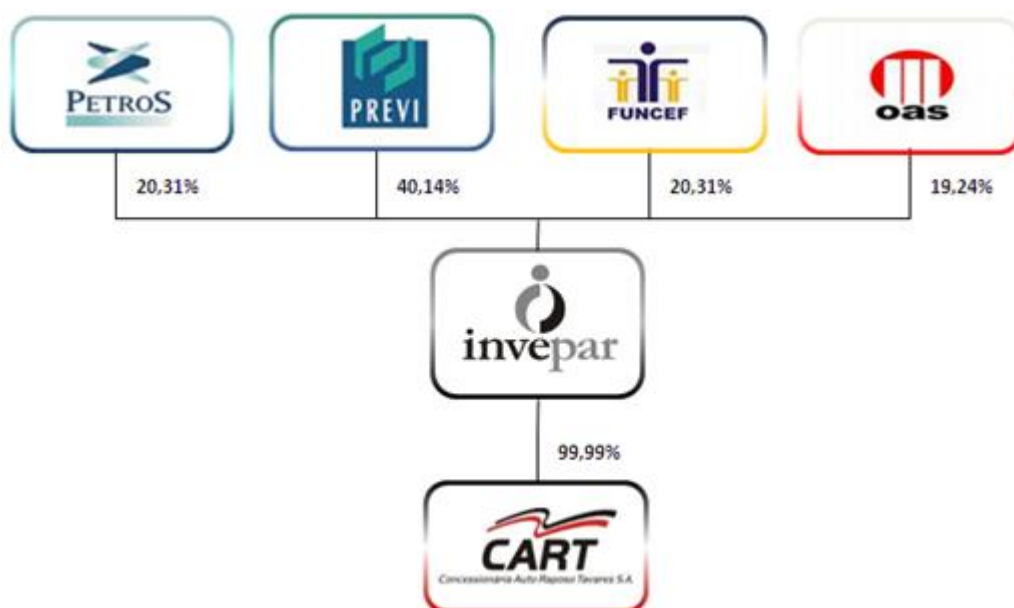
DESEMPENHO FINANCEIRO EM 2010

Em dezembro de 2009, foram inauguradas nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, dando início à arrecadação que culminou em uma receita operacional bruta de R\$ 25,9 milhões, sendo que em 2010, com o ciclo completo de 12 meses de arrecadação, a empresa chegou a uma receita operacional bruta de R\$173,7 milhões.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A é uma companhia aberta de capital nacional que tem como objeto social exclusivamente a exploração e operação do corredor denominado Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do contrato de concessão firmado entre o estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP, e a Sociedade ("Contrato de Concessão).

A CART é uma empresa do Grupo INVEPAR – Investimentos e Participações em Infra-Estrutura, sociedade formada pelos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e pela empresa OAS Investimentos. O Grupo INVEPAR tem entre seus negócios a Linha Amarela S.A (Lamsa) e o Metrô Rio, no Rio de Janeiro e as Concessionárias Litoral Norte (CLN) e Bahia Norte (CBN), na Bahia.



RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL CORPORATIVA

Em 2010, a CART continuou com seus projetos de auxílio ao desenvolvimento regional das cidades que estão situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, principalmente os voltados à saúde, educação e segurança de seus usuários, além de executar as ações previstas em seu Plano de Redução de Acidentes – PRA, cumprindo com as metas estabelecidas junto ao poder concedente que almejavam a redução do “Índice de Mortos na Rodovia”.

As iniciativas em 2010 foram decisivas para que a empresa pudesse participar ainda mais dos caminhos que auxiliam o desenvolvimento dos municípios limítrofes ao longo do Corredor Raposo Tavares. A seguir alguns dos projetos que se destacaram no ano:

- Programa Na Mão Certa: é uma iniciativa da Childhood Brasil (Instituto WCF) que visa mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Somos contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.
- Pacto Global: Em outubro de 2010 a Concessionária Auto Raposo Tavares, se tornou signatária do Pacto Global, reforçando seu comprometimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, participando desta mobilização empresarial para a adoção de boas práticas de negócios. O objetivo do Pacto Global está pautado em valores, divididos em 10 princípios básicos nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate a corrupção.
- Bloqueio Educativo – Carnaval: distribuição de kits contendo: lixo car, folhetos explicativos sobre direção defensiva, informativos sobre bebida alcoólica + direção, prevenção de DST/AIDS e divulgação do 0800 da concessionária. Além destes, foram distribuídos preservativos e lanches para os motoristas.
- Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: colaboradores da CART receberam orientações sobre o tema, bem como ocorreu a distribuição de 26,5 mil informativos, 50 mil revistas com matéria sobre o tema nas praças de pedágio, SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário) e bases da Polícia Militar Rodoviária. Estas ações contaram também com bloqueios educativos para 300 caminhoneiros nas cidades de Presidente Prudente e Santa Cruz do Rio Pardo.
- Saúde na Estrada: ações com objetivo de incentivar os atendidos (sociedade e usuários da rodovia) quanto às práticas preventivas com relação à saúde e a busca por uma melhor qualidade de vida. Nestas, a CART disponibilizou visita às viaturas operacionais (UTI-Móvel, Inspeção, Guincho Super Pesado e Caminhão de Combate a Incêndio) para que os usuários possam conhecer melhor os atendimentos que são prestados na rodovia.
- Projeto Saúde Ocular: realizado em Presidente Epitácio ofereceu gratuitamente consultas oftalmológicas às crianças da rede pública de ensino que apresentavam queixas de acuidade visual, além da distribuição gratuita de óculos para aquelas que apresentaram algum desvio.
- Dia da Cidadania: em Julho este evento foi realizado na cidade de Assis, mais uma bela cidade ao longo dos 444 km do Corredor Raposo Tavares. Foram realizadas atividades sócio-educativas com 25 alunas do Projeto Bem Me Quer, um importante projeto daquela cidade tendo a CART auxiliado na viabilização de ações sócio-educativas em parceria com órgãos de atendimento social.

- Bicicleta e Trânsito – Pedale com Segurança: um projeto focado em apoiar ações de educação no trânsito desenvolvidos nos municípios e na Rodovia Raposo Tavares. Em 2010 participaram deste projeto 450 estudantes das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Bauru.
- Cidadania Já: focado na distribuição de antenas corta-cerol para os motociclistas que passaram pela rodovia ou transitam nas cidades que estão no trecho concedido à CART. Foram dadas dicas de segurança sobre duas rodas e para a preservação da vida do motociclista.
- Mudar para o futuro: em Junho a CART realizou a ação de Plantio de Mudar com crianças em Presidente Epitácio, em comemoração ao Dia do Meio Ambiente. Neste dia foram distribuídos folders educativos, bonés e o plantio de mudas por 50 crianças.
- Animais silvestres: em 2010 a empresa firmou parceria com entidades locais para prestação de atendimento adequado aos animais da fauna regional contribuindo para sua preservação.

Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

REALIZAÇÕES EM 2010 E PLANOS PARA 2011

2010 foi um ano de grandes realizações para a CART. A empresa completou seu 1º. ano de operação a frente da gestão do sistema viário e de pedágio das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270.

No pavimento, foram recapeados 303 quilômetros de pistas nas três rodovias e iniciada a implantação de acostamento na SP-225, totalizando 42 km realizados. A restauração envolveu ainda a recuperação do sistema de drenagem em 58 km da via, visando melhorar o escoamento da água da chuva, a correção de 45 pontos de erosão, recuperação de obras de artes especiais (pontes e viadutos), entre outras. A obra de remodelação do trevo de Ourinhos (trecho SP-327 km 31+433 ao 32+433), na ligação das rodovias Orlando Quagliato (SP 327) e Raposo Tavares (SP 270), avançou em novembro com a colocação das 05 (cinco) vigas de sustentação do primeiro de dois viadutos que serão construídos no local, cada viga possui 29 metros de comprimento e pesa 70 toneladas. Um segundo dispositivo também foi iniciado no ano de 2010, só que desta vez no km 29 + 100 da SP-327.

Em 2010, ocorreu a celebração do contrato com empresas de telecomunicações, com vigência de 28 anos, tendo como objeto a locação de infraestrutura para telecomunicações, incluindo fibras ópticas apagadas ao longo da área de concessão/faixa de domínio da CART, tornando-se uma relevante fonte de receitas acessórias para os próximos anos de concessão.

Em outubro de 2010 foi expedido o Ato Declaratório Executivo da DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Bauru deferindo a habilitação da CART no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI. O REIDI auxilia as empresas a ampliar as possibilidades de participação e de investimentos em obras de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do País.

Todas as comprovações e reembolsos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES foram obtidos com sucesso pela CART em 2010, sendo que na última semana de Dezembro foi

aprovado pela instituição o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 1,052 bilhão, assinado em 10 de fevereiro de 2011, para investimentos em ampliações e conservações previstos no contrato de concessão.

O ano de 2010 destacou-se por: consolidação do Sistema de Gestão da empresa, tendo sido adotadas práticas para o gerenciamento de seu Planejamento Estratégico – 2011 / 2013; a aquisição de software de BI – *Business Intelligence*, oferecendo uma maior simplicidade na extração das informações empresariais e alta potencialidade no processamento de grandes volumes de dados; adoção das práticas de Governança Corporativa, confirmadas com o registro da empresa como de Capital Aberto pela CVM e, por último, a Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade baseado nas normas NBR ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo a CART sido certificada em fevereiro de 2011 na NBR ISO 9001:2008, estando em andamento para 2011 o processo de consolidação do modelo de gestão baseado nas demais normas citadas.

AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações financeiras foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em relação aos exercícios encerrados em 2009 e 2010.

A contratação dos serviços é anual, tendo seu início em 07 de maio de 2009 e o objeto do contrato, a prestação de serviço de auditoria das demonstrações financeiras. O valor global das auditorias de 2009 foi de R\$ 54 mil e em 2010 de R\$ 70 mil.

Atendendo à determinação da Instrução CVM 381/2003, destacamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Ernst & Young não foi contratada para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela garra, dedicação e espírito de equipe, apresentados durante esses dois anos de concessão.

Bauru-SP, 18 de março de 2011.

A Administração

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2010 e 2009

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações das mutações do património líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Demonstração do valor adicionado – DVA.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º janeiro de 2009
(Em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Ativo		Reapresentado
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.243	29.691
Contas a receber de terceiros (Nota 5)	8.858	3.084
Estoques	825	627
Impostos a recuperar	237	726
Adiantamentos diversos	1.119	1.462
Despesas antecipadas	812	2.261
Partes relacionadas (Nota 11)	3.092	19.208
Outros	254	4.230
	19.440	61.289
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	39.383	24.334
Outros	9	6
Imobilizado (Nota 7)	20.695	20.389
Intangível (Nota 8)	1.103.057	876.090
	1.163.144	920.819
Total do ativo	1.182.584	982.108
Passivo		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	9.936	413.790
Fornecedores	1.665	3.578
Salários e encargos sociais a recolher	2.523	1.565
Impostos e contribuições a recolher	1.855	1.631
Obrigações para direito de concessão (Nota 18b.)	490	267.059
Partes relacionadas (Nota 11)	52.222	81.180
Outros	2.000	1.100
	70.691	769.903
Não circulante		
Provisão de manutenção	6.025	2.739
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	674.765	89.765
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 10)	121	37
	680.911	92.541
Patrimônio Líquido (Nota 13)		
Capital social	512.000	170.000
Prejuízos acumulados	(81.018)	(50.336)
	430.982	119.664
Total do passivo e patrimônio líquido	1.182.584	982.108

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
		Reapresentado
Receita operacional (Nota 14)	159.122	23.715
Receita de contrato de construção (Nota 14)	243.091	259.389
	402.213	283.104
Custos do contrato de construção	(235.798)	(251.608)
Custo dos serviços prestados (Nota 15)	(117.972)	(53.351)
Lucro (prejuízo) bruto	48.443	(21.855)
Despesas operacionais:		
Gerais e administrativas	(28.520)	(12.007)
Remuneração dos administradores (Nota 12)	(951)	(969)
Depreciações e amortizações	(4.896)	(1.365)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 16)	(59.807)	(38.474)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(45.731)	(74.670)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 6)	15.049	24.334
Prejuízo do exercício	(30.682)	(50.336)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 17)	(44,79)	(296,09)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração de resultado.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2	-	2
Aumento de capital	169.998	-	169.998
Prejuízo do exercício	-	(50.336)	(50.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	170.000	(50.336)	119.664
Aumento de capital	342.000	-	342.000
Prejuízo do exercício	-	(30.682)	(30.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	512.000	(81.018)	430.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Prejuízo líquido do exercício	(30.682)	(50.336)
<u>Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:</u>		Reapresentado
Margem bruta de construção	(7.293)	(7.781)
Depreciação e amortização	40.273	18.664
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquido	52.324	17.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.049)	(24.334)
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	84	37
	<u>39.657</u>	<u>(46.715)</u>
<u>(Aumento) redução em ativos operacionais:</u>		
Contas a receber de terceiros	(5.774)	(3.084)
Estoques	(198)	(627)
Impostos a recuperar	489	(726)
Outras contas a receber	3.976	(4.236)
Adiantamentos	343	(1.462)
Partes relacionadas	16.116	(19.208)
Despesas antecipadas	1.449	(2.261)
	<u>16.401</u>	<u>(31.604)</u>
<u>Aumento (redução) em passivos operacionais:</u>		
Fornecedores	(1.913)	3.578
Impostos e contribuições a recolher	224	1.631
Salários e encargos sociais a recolher	958	1.565
Obrigações para direito de concessão	(266.569)	267.059
Provisão para manutenção	3.286	2.739
Outras obrigações	900	1.100
	<u>(263.114)</u>	<u>277.672</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(207.056)</u>	199.353
<u>Aumento em atividades de investimento:</u>		
Aquisição de imobilizado e Intangível	(260.253)	(907.362)
Caixa utilizado em atividades de investimento	<u>(260.253)</u>	<u>(907.362)</u>
<u>Aumento em atividades de financiamento:</u>		
Empréstimos com terceiros e mútuos	1.158.933	607.700
Pagamento de empréstimos com terceiros e mútuos	(1.021.192)	(40.000)
Juros pagos	(37.880)	-
Aumento de capital	342.000	169.998
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>441.861</u>	<u>737.698</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.448)</u>	<u>29.689</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.691	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.243	29.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstração do valor adicionado - DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas:		
Vendas de serviços	159.122	23.715
Receita do contrato de construção	243.091	259.389
	<u>402.213</u>	<u>283.104</u>
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos do contrato de construção	(235.798)	(251.608)
Materiais, serviço de terceiros e outros	(82.595)	(36.052)
	<u>(318.393)</u>	<u>(287.660)</u>
Valor adicionado bruto	83.820	(4.556)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(40.273)	(18.664)
Valor adicionado líquido pela companhia	43.547	(23.220)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	1.044	3.836
Valor adicionado total a distribuir	<u>44.591</u>	<u>(19.384)</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	29.471	12.976
Impostos, taxas e contribuições	(453)	(24.334)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	46.255	42.310
Prejuízo do exercício	(30.682)	(50.336)
Valor adicionado distribuído	<u>44.591</u>	<u>(19.384)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I - SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul;
- II - SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, km336+735, Bauru; final do trecho no km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo;
- III - SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Equalização do capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$51.251, proveniente basicamente da captação de mútuo com empresas do mesmo grupo, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. A Companhia liquidou os mútuos em fevereiro de 2011. A administração entende que os recursos obtidos através do empréstimo de longo prazo com o BNDES serão suficientes para tornar positivo o capital circulante líquido da Companhia.

Em 22 de novembro de 2010, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou e emitiu o registro da Companhia, o que lhe permitirá a emissão de debêntures, também com vencimentos a longo prazo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 28 de março de 2011.

Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Devido o início das operações da Companhia em 16 de março de 2009, os ajustes e reclassificações provenientes da aplicação dos novos pronunciamentos foram refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus Informes Trimestrais de 2010. Desta forma, está evidenciado na nota explicativa 21, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos das reclassificações patrimoniais e no resultado decorrentes da plena adoção das normas emitidas em 2010.

As informações trimestrais de 2010 foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis em 2010 e 2009, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Em conformidade com o CPC 37 R, a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido do exercício tornado público anteriormente nas informações anuais referente ao período de 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas abaixo:

Balanco patrimonial:

	<u>Publicado</u>	<u>Ajustes /</u>	<u>Reapresentado</u>		<u>Publicado</u>	<u>Ajustes /</u>	<u>Reapresentado</u>
	<u>2009</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2009</u>		<u>2009</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2009</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	29.691	-	29.691	Empréstimos e financiamentos	413.790	-	413.790
Contas a receber	3.084	-	3.084	Fornecedores	3.578	-	3.578
Estoques	627	-	627	Salários e encargos sociais a recolher	1.565	-	1.565
Impostos a recuperar	726	-	726	Impostos e contribuições a recolher	1.631	-	1.631
Adiantamentos	1.462	-	1.462	Obrigações para direito de concessão	267.059	-	267.059
Despesas antecipadas	2.261	-	2.261	Partes relacionadas	81.180	-	81.180
Partes relacionadas	19.208	-	19.208	Outros	1.100	-	1.100
Outros	4.230	-	4.230		<u>769.903</u>	<u>-</u>	<u>769.903</u>
	<u>61.289</u>	<u>-</u>	<u>61.289</u>				
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	18.889	5.445	24.334	Empréstimos e financiamentos	89.765	-	89.765
Outros	6	-	6	Provisão para contingência	37	-	37
Imobilizado	259.373	(238.984)	20.389	Provisão para manutenção	-	2.739	2.739
Intangível	650.382	225.708	876.090		<u>89.802</u>	<u>2.739</u>	<u>92.541</u>
	<u>928.650</u>	<u>(7.831)</u>	<u>920.819</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	170.000	-	170.000
				Prejuízos acumulados	(39.766)	(10.570)	(50.336)
					<u>130.234</u>	<u>(10.570)</u>	<u>119.664</u>
Total do ativo	<u>989.939</u>	<u>(7.831)</u>	<u>982.108</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>989.939</u>	<u>(7.831)</u>	<u>982.108</u>

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Resultado do exercício:

	Publicado 2009	Ajustes / Reclassificações	Reapresentado 2009
Receita de serviço	23.715	-	23.715
Receita do contrato de de construção	-	259.389	259.389
	23.715	259.389	283.104
Custo de serviços	(48.349)	(5.002)	(53.351)
Custo do contrato de construção	-	(251.608)	(251.608)
Prejuízo bruto	(24.634)	2.779	(21.855)
Despesas gerais e administrativas	(12.976)	-	(12.976)
Depreciações e amortizações	(4.543)	3.178	(1.365)
Despesas financeiras - líquidas	(16.501)	(21.973)	(38.474)
Resultado antes dos impostos	(58.654)	(16.016)	(74.670)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.889	5.445	24.334
Prejuízo do período	<u>(39.765)</u>	<u>(10.571)</u>	<u>(50.336)</u>

Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
	31/12/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido segundo o BR GAAP anterior (vigente até 31.12.2009)	130.234	(39.766)
Provisão para manutenção (a)	(2.739)	(2.739)
Ajuste da depreciação/amortização na transferência do Imobilizado para Intangível (b)	366	366
Diferimento dos efeitos fiscais dos ajustes do CPC	5.445	5.445
Contabilização de custo e receita do contrato de construção com margem (c)	7.781	7.781
Baixa do ajuste monetário do intangível (d)	(21.423)	(21.423)
Patrimônio Líquido conforme adoção dos CPCs	<u>119.664</u>	<u>(50.336)</u>

(a) Provisão para manutenção de longo prazo da infra-estrutura da concessão, conforme determina o ICPC 01.

(b) Ajuste na depreciação/amortização dos gastos com infra-estrutura da concessão que foram transferidos do Imobilizado para o Intangível.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício--Continuação

- (c) Aplicação do CPC 17 - contratos de construção, conforme determinado pelo ICPC 01, nos gastos com a infra-estrutura da concessão, originando assim, custo de construção e receita da construção com margem de 3,0%.
- (d) Reajuste contratual referente ao valor da outorga fixa a pagar pelo mesmo índice de reajuste das tarifas de pedágio, em julho de 2009 e julho de 2010.

Destaca-se como ajuste relevante, apesar de não impactar o patrimônio líquido, a transferência do imobilizado para o intangível dos bens construídos/adquiridos para o uso na concessão, conforme determina o ICPC 01.

3. Principais práticas contábeis

a) Contratos de concessão de serviços – ICPC 01 e OCPC 05

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e devido a natureza dos seus contratos de concessão a Companhia não reconheceu um ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo Poder Concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, acrescidos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Os instrumentos financeiros ativos são representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários de alta liquidez (Nota 4).

c) Instrumentos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Empréstimos (concedidos) e recebíveis*

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes e partes relacionadas, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos concedidos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) *Passivos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a partes relacionadas.

v) *Valor de mercado*

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Contas a receber de terceiros

As contas a receber referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônicos e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, com prazo de recebimento inferior a 45 dias, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (Nota 5).

e) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, formação ou construção, que não esteja diretamente vinculado ao contrato de concessão, deduzida das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (Nota 7).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia optou por não avaliar os ativos imobilizados e intangíveis pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia; (ii) a Companhia possui uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados e intangíveis, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil destes ativos. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado e intangíveis líquidos, estão registrados pelo custo depreciado/amortizado conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição acrescido dos encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso de equipamentos e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de concessão e outorga fixa.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Nota 8).

h) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais acrescidos dos juros e da atualização monetária incorridos até a data do balanço (Nota 9). Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 10).

k) Provisão para manutenção

A Companhia provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção, com o ajuste a valor presente da obrigação

l) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação de alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incertezas na sua realização. Os gastos com a infra-estrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17- contratos de construção, ou seja, todo gasto com infra-estrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na demonstração do resultado do exercício e é apurada a receita de construção com uma margem, que nos caso da companhia como há terceirização da obra, a margem é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

n) Tributação

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, conforme Portaria MT n.º 245 de 27 de setembro de 2010 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Bauru n.º 59 de 04 de outubro de 2010. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infra-estrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

n) Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, considerando os valores prováveis de realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 6).

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

o) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, quando aplicável; a provisão para manutenção; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e as obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

p) Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM° 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

r) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM Nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Caixa geral	3	3
Numerário em trânsito	1.072	1.503
Banco conta movimento	1.131	7.498
Fundo de troco	137	114
Aplicações financeiras	1.900	20.573
	4.243	29.691

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, por meio de Letras de Crédito Agronegócio – LCA indexados à taxa de 20% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. O prazo de resgate é de 30 dias com liquidez imediata.

5. Contas a receber de terceiros

	31/12/2010	31/12/2009
Valores a receber de pedágio (a)	8.650	3.021
Outros	208	63
	8.858	3.084

(a) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2010 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	122.902	122.902	58.655	58.655
Diferenças temporárias	(7.070)	(7.070)	12.917	12.917
Base de cálculo	115.832	115.832	71.572	71.572
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda diferido	28.958	10.425	17.893	6.441

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	31/12/2010
2014	430
2015	2.081
2016	6.115
2017	10.344
De 2018 a 2020	20.413
	39.383

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Automóveis	5	316	159	-	475
Veículos utilitários	5	-	191	-	191
Caminhões	5	-	126	-	126
Equipamentos para veículos	5	-	132	-	132
Sistema de controle de arrecadação	5	5.369	2.220	-	7.589
Sistema de telecomunicações	5	6.104	1.340	-	7.444
Sistema de monitoração de tráfego	5	30	432	-	462
Equipamentos de informática	5	8.454	610	(2.683)	6.381
Móveis e utensílios	5	1.301	739	-	2.040
Máquinas e equipamentos	5	-	436	-	436
Software	5	-	-	-	-
Ferramentas e aparelhos	5	180	9	-	189
Circuito Fechado de Televisão	5	-	34	-	34
Painéis de mensagem	5	-	563	-	563
Radares	5	-	894	-	894
		21.754	7.885	(2.683)	26.956
Depreciação acumulada		(1.365)	(4.896)	-	(6.261)
Imobilizado Líquido		20.389	2.989	(2.683)	20.695

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

8. Intangível

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2010
Direito de uso <i>software</i>	5	-	980	2.683	3.663
Marcas e patentes	10	-	6	-	6
Direito de concessão	30	259.389	258.675	-	518.064
Outorga fixa	30	634.000	-	-	634.000
		893.389	259.661	2.683	1.155.733
Amortização acumulada		(17.299)	(35.377)	-	(52.676)
Intangível líquido		876.090	224.284	2.683	1.103.057

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento para aquisição do direito de exploração no montante de R\$49.213 (31 de dezembro de 2009 – R\$24.796).

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui o montante R\$1.776 de ativos intangíveis em fase de construção, sendo:

- SAU (Serviço de atendimento ao usuário) 12 unidades ao longo do corredor Raposo Tavares com prazo de conclusão em 2011 - R\$ 174;
- CCO (Centro de controle operacional) 1 unidade localizada no município de Bauru com prazo de conclusão em 2011 - R\$ 464;
- Duplicação de rodovia - R\$1.026;
- Praças de bloqueio - R\$112.

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

9. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a conta empréstimos e financiamentos estava composta da seguinte forma:

2009						
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Valor	Custo transação	TIR (ano)
BNDES Direto	TJLP	3,12% a.a	15/3/2011	89.765	65	9,12%
<u>Notas promissórias:</u>						
Banco do Brasil	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
BNB	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
Banco Santander	CDI	129%	2/3/2010	103.447	3.447	10,93%
Banco Votorantim	CDI	129%	2/3/2010	103.449	3.447	10,93%
				503.555		
Curto prazo				413.790		
Longo prazo				89.765		
2010						
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Valor	Custo transação	TIR (ano)
BNDES Direto	TJLP	3,12% a.a	15/4/2011	176.074	676	9,25%
BNDES Direto	IPCA	10,73% a.a	15/3/2011	93.202	13.346	17,49%
<u>Notas promissórias:</u>						
Bradesco	CDI	111%	23/2/2011	311.569	11.569	11,58%
HSBC	CDI	111%	23/2/2011	103.856	3.856	11,58%
				684.701		
Curto prazo				9.936		
Longo prazo				674.765		

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Conforme mencionado na nota explicativa 22, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. alterou durante o último trimestre do ano de 2010, seu perfil de endividamento de curto para longo prazo, com a primeira liberação dos recursos oriundos do contrato sênior firmado com o BNDES durante o ano de 2011, bem como pela substituição das notas promissórias no valor total de R\$400.000, com vencimento em 180 dias por emissão de debêntures também no valor total de R\$400.000, com vencimento em 720 dias.

Considerando o descrito no parágrafo acima, o endividamento proveniente destas modalidades está demonstrado no passivo não circulante.

Notas Promissórias – 4ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2010, foi aprovada a realização da quarta emissão (“Emissão”) de notas promissórias comerciais (“Notas Promissórias”) da Companhia, no valor de até R\$400.000, para distribuição pública restrita nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A Emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador líder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e composta por quarenta Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o montante de R\$400.000. Na data em questão as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da terceira emissão de notas promissórias, representada por quarenta notas promissórias comerciais, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o montante de R\$400.000.

As Notas Promissórias fizeram jus a remuneração equivalente à acumulação de 111% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano.

As Notas Promissórias tiveram prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão e, conseqüentemente vencerão no dia 23 de fevereiro de 2011.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Notas Promissórias – 4ª Emissão--Continuação

As Notas Promissórias objeto da presente Emissão contaram com aval de sua acionista Invepar Investimentos e Participações S.A., conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2010, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 24 de agosto de 2010, sob o nº 308.908/10-9 e cessão fiduciária dos recebíveis decorrentes das tarifas cobradas (pedágio) da Rodovia Raposo Tavares sob concessão da Emissora..

BNDES

Em 10 de dezembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$279.493, dividido em 03 (três) subcréditos; com os seguintes valores:

- i. Subcrédito A: R\$192.618 (cento e noventa e dois milhões seiscentos e dezoito mil) que será destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.
- ii. Subcrédito B: R\$7.020 (sete milhões e vinte mil) que será destinado à duplicação de trechos das rodovias SP-327 e SP-270 e implantação e/ou melhoramento de dispositivo de entroncamento de via nas rodovias SP-327 e SP-270.
- iii. Subcrédito C: R\$79.855 (setenta e nove milhões e oitocentos e cinquenta e cinco mil) que será destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.

O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$279.493, foi liberado pelo BNDES R\$255.253 até 31 de dezembro de 2010.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

BNDES--Continuação

Saldo dos Subcréditos - BNDES PONTE				
BNDES	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
Valor Contrato	192.618.485,37	7.020.003,20	79.855.395,43	279.493.884,00
Liberção Dez/09	(89.700.000,00)	-	-	(89.700.000,00)
Liberção Jan/10	-	-	(79.855.395,43)	(79.855.395,43)
Liberção Mai/10	(45.914.535,84)	-	-	(45.914.535,84)
Liberção Set/10	(35.635.275,76)	-	-	(35.635.275,76)
Liberção Dez/10	(4.148.036,90)	-	-	(4.148.036,90)
	175.397.848,50	-	79.855.395,43	255.253.243,93
Saldo Subcréditos	17.220.636,87	7.020.003,20	-	24.240.640,07

O principal da dívida decorrente de cada subcrédito deste contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

- i. Subcrédito A e B: deverá ser liquidado em prestação única no valor do principal vencendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de abril de 2011, ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,12% a.a. (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central.
- ii. Subcrédito C: deverá ser liquidado em prestação única no valor do principal vencendo atualizado da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2011, ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Sobre o saldo devedor incidirão juros atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e aplicado pelo BNDES seguindo os critérios: apuração em dias úteis da unidade monetária IPCA do BNDES-UMIPCA, expressa em reais, com base na variação do IPCA, sendo que o valor o UMIPCA no dia 15 (quinze) de cada mês deverá corresponder ao valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) do mês imediatamente anterior atualizado pelo IPCA mensal divulgado pelo IBGE no início do mês corrente, devendo o intervalo entre os dias 16 (dezesesseis) e 14 (quatorze) ser calculado *pro rata temporis* exponencial por dias úteis pela aplicação do último IPCA divulgado pelo IBGE em data anterior a cada dia 16 (dezesesseis).

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A CART, de acordo o disposto no item 73 do CPC 26, realizou a reclassificação de curto para longo prazo dos empréstimos BNDES ponte e da 4º emissão de notas promissórias, com base nos seguintes fatos:

- i) O BNDES aprovou em Reunião de Diretoria realizada em 16 de dezembro de 2010, financiamento de longo prazo para a CART, no montante de R\$1.052.242. Deste montante, R\$751.601 estão sujeitos ao custo financeiro de TJLP acrescida de spread de 2,45% ao ano e R\$300.641 ao custo de IPCA acrescido de Taxa de Referência do BNDES e de spread de 2,45% ao ano. O primeiro desembolso, de R\$377.575, ocorreu em fevereiro de 2011. O financiamento tem como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão, que serão compartilhados com as debêntures a serem emitidas em janeiro de 2011, além do aval da Invepar durante o período de 2 anos. Esse financiamento será utilizado para quitar os dois empréstimos pontes da CART com o BNDES, assim como realizar as obras previstas no contrato de concessão.
- ii) Em assembléia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, foi aprovada a emissão de 400 debêntures no valor de R\$10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI. Como consequência, a Companhia assinou em 11 de janeiro de 2011 a escritura de emissão de debêntures com o agente fiduciário.

10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais--Continuação

a) Composição:

Natureza	31/12/2009			Total	Provisão
	Probabilidade de perda				
	Provável	Possível	Remoto		
Cíveis	37	553	-	590	37
	37	553	-	590	37

Natureza	31/12/2010			Total	Provisão
	Probabilidade de perda				
	Provável	Possível	Remoto		
Trabalhistas	78	916	5	999	78
Cíveis	42	635	54	731	43
	120	1.551	59	1.730	121

b) Movimentação:

	Saldo Inicial (31/12/09)	Adições	Baixas	Saldo final (31/12/10)
Trabalhistas	-	78	-	78
Cíveis	37	21	(15)	43
	37	99	(15)	121

11. Transações com partes relacionadas

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Na hipótese de celebração de operações e negócios com suas partes relacionadas, a Companhia obrigatoriamente seguirá os padrões de mercado em operações da espécie e amparará tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, no estrito interesse da Companhia. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros compatíveis com o mercado.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Relação da Parte com a Companhia	31/12/2009				
	Ativo		Passivo	Resultado	
	Circulante	Intangível	Circulante	(Despesa)	
OAS Engenharia e Participações Ltda. Linha Amarela S.A. – LAMSA	Controlador indireto	19.092	194.098	-	(4.243)
	Ligada	116	-	30.884	(883)
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – Invepar	Controladora direta	-	-	18.650	(578)
	Ligada	-	-	31.646	(1.646)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – “Metrô Rio”		19.208	194.098	81.180	(7.350)

Relação da Parte com a Companhia	31/12/2010				
	Ativo		Passivo	Resultado	
	Circulante	Intangível	Circulante	(Despesa)	
OAS Engenharia e Participações Ltda. Linha Amarela S.A. – LAMSA	Controlador indireto	3.092	391.551	-	-
	Ligada	-	-	11.015	(1.225)
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – Invepar	Controladora direta	-	-	41.207	(2.391)
	Ligada	-	-	-	(2.503)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – “Metrô Rio”		3.092	391.551	52.222	(6.119)

Serviços - Ativo:

Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS Engenharia e Participações Ltda., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.078.096, devendo os pagamentos serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Serviços – Ativo--Continuação

- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior a meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS Engenharia e Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 686.545.

Mútuos financeiros - Passivo

Em 18 de setembro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$30.000, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 2% a.a, com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 18 de janeiro de 2010, foi quitado o montante de R\$ 5.000, sendo o restante totalmente quitado em 18 de maio de 2010.

Em 29 de setembro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$18.000, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 4,2% a.a. com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 17 de maio de 2010, o mútuo foi totalmente quitado.

Em 14 de outubro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com o METRÔ RIO no montante de R\$70.000. Este contrato possuía o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a CART antecipou o pagamento de R\$40.000, quitando o contrato de mútuo no primeiro trimestre de 2010.

A CART firmou contratos de mútuo com METRÔ RIO nos montantes de R\$45.000 e R\$35.000, em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente. Estes contratos possuíam vencimento em 25 de abril de 2010, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI. Em 17 de maio de 2010, tais contratos de mútuo foram totalmente quitados.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Mútuos financeiros – Passivo--Continuação

Em 30 de junho de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com METRÔ RIO no montante de R\$34.000, com prazo de 30 dias, renovável por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m.. Tal operação foi quitada em julho de 2010.

Durante o quarto trimestre de 2010, a CART firmou contratos de mútuos com a Invepar no montante de R\$40.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m.. Em 15 de fevereiro de 2011 esta operação foi totalmente liquidada.

Em 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$11.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m.. Em 15 de fevereiro de 2011 esta operação foi liquidada.

12. Remuneração dos administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$951 no período findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$969 em 31 de dezembro de 2009).

Composição	Janeiro a Dezembro – 2010		
	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-Labore	704	19	723
Encargos	175	3	178
Benefícios	50	-	50
	929	22	951

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Líquido

A Companhia foi constituída em 12 de novembro de 2008, mediante subscrição e integralização de 2.000 ações nominativas, sem valor nominal.

Em 6 de março de 2009, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária, houve a aprovação de aumento de capital social no montante de R\$169.998, mediante a emissão de 84.999.000 ações ordinárias e 84.999.000 ações preferenciais todas nominativas sem valor nominal sendo totalmente integralizado pelos acionistas durante o ano de 2009.

Em 03 de agosto de 2009 os acionistas da Companhia, Invepar e Construtora OAS Ltda., celebraram contrato de compra e venda de ações, através do qual a Invepar adquiriu 85.000.000 ações preferências e 20.399.999 ações ordinárias detidas pela Construtora OAS Ltda.

Em 17 de maio de 2010 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$184.518, mediante a emissão de 137.354.293 ações ordinárias e 137.354.293 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$354.518 representado por 222.354.293 ações ordinárias e 222.354.293 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$157.482, mediante a emissão de 120.312.359 ações ordinárias e 120.312.359 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$512.000 representado por 342.666.652 ações ordinárias e 342.666.652 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia está assim representado:

	Número de ações	% de participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Invepar	1.333.287	99%	1.666.635	1.666.652
Construtora OAS Ltda.		1%		
Outros				
	1.333.304	1,00%	1.666.652	1.666.652

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	70.723	18.465
Pedágio por equipamento eletrônico	70.434	2.492
Vale pedágio e pedágio em cupons	17.777	2.733
	<hr/>	<hr/>
Receitas acessórias	188	25
Receita de contrato de construção	243.091	259.389
	402.213	283.104
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Conservação e manutenção	(82.595)	(36.052)
Depreciação e amortização	(35.377)	(27.399)
	(117.972)	(53.351)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

16. Resultado financeiro, líquido

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicação financeira	1.044	3.811
	1.044	3.811
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(54.553)	(20.312)
IOF	(1.659)	-
Atualização da outorga - IPCA	(4.639)	(21.973)
	(60.851)	(42.285)
	(59.807)	(38.474)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

17. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado por ação--Continuação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas:

	Controladora	
	2010	2009
Numerador:		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(30.682)	(50.336)
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias e preferenciais	685	170
Resultado básico e diluído por ação	(44,79)	(296,09)

18. Compromissos com a concessão

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº004/2009, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

No Programa de Exploração da Rodovia – PER, estão previstos investimentos no montante de R\$2.542.520. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 a 2039	Total
Investimentos previstos – PER	292.239	325.373	170.232	77.643	283.830	1.393.203	2.542.520

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e moveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Compromissos com a concessão--Continuação

a) Investimentos--Continuação

- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caiuá);
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes:

I – Outorga fixa - valor fixo de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP da seguinte forma:

- 1 - Uma parcela de R\$126.800 correspondente a 20% do valor da outorga fixa, pago no ato da assinatura do contrato;
- 2 - 18 (dezoito) parcelas fixas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 28.177, vencendo a primeira parcela no último dia do mês seguinte ao da assinatura do contrato. A partir de 1º de julho de 2009, as parcelas a serem pagas foram reajustadas de acordo com o reajuste aplicado na tarifa do pedágio (R\$ 4,60 para R\$ 4,80), passando a parcela mensal de R\$ 28.177 para R\$ 29.643. A partir de 1º de julho de 2010, as parcelas restantes foram reajustadas de acordo com o reajuste aplicado na tarifa de pedágio, passando a parcela mensal de R\$ 29.643 para R\$ 31.189.

Durante o ano de 2010, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$271.425, referente à outorga fixa. Em 16 de setembro de 2010 a Companhia liquidou em sua totalidade o compromisso Direito de Outorga Ônus Fixo.

II – Outorga variável - valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$490.

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$4.997, referente à outorga variável.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Compromissos com a concessão--Continuação

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

- 1 - Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização será de R\$69.100. Vigência de 12 meses.
- 2 - Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação. Vigência mínima de 12 meses.
- 3 - Garantia de pagamento do valor da outorga fixa correspondente a 4% do valor contratado, reduzida na proporção em que for sendo paga a outorga fixa. Vigência mínima de 18 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas atividades em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado.

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia Ampliações	R\$ 151.664	16/03/10 a 16/03/11	J. Malucelli	(a)
Garantia Funções Oper.	R\$ 72.706	16/03/10 a 16/03/11	J. Malucelli	(b)
Responsabilidade Civil	R\$ 22.138	16/03/10 a 16/03/11	Allianz	(c)
Riscos Operacionais	R\$ 52.661	16/03/10 a 16/03/11	Allianz	(d)

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Cobertura de seguros--Continuação

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/u particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

A Companhia tem cobertura de seguros considerados suficientes pela administração em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios para cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão. Não está incluído no escopo dos trabalhos dos auditores da Companhia, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2010 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e empréstimos e financiamentos.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do CDI diário, TJLP e ao IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II adverso possível</u>	<u>Cenário III adverso extremo</u>
CDI*	10,64%	13,30%	15,96%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,02%	6,28%	7,53%

* Refere-se à taxa CDI em 31 de dezembro de 2010.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Nota Promissória	fev/11	Alta na taxa DI	(17.310)	(21.553)	(25.694)
BNDES Ponte	mar/11	Alta na TJLP	(9.142)	(10.625)	(12.106)
BNDES Ponte	mar/11	Alta no IPCA	(8.239)	(8.936)	(9.623)

O montante equivalente a 100% (cem por cento) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, da TJLP e do IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas corrente bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

e) Exposição a riscos de crédito--Continuação

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta valores a receber da CGMP no montante de R\$7.410, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2010.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

21. Impactos dos ajustes de CPC's na demonstrações intermediárias

Conforme mencionado na nota 2, as informações trimestrais intermediárias da companhia referentes ao exercício de 2010 foram apresentadas sem vislumbrar os ajustes emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no mesmo ano.

Como exigência para uso desta faculdade utilizada pela companhia, incluímos conforme demonstrado nos quadros a seguir, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010 referente a cada ITR do exercício a que se refere esta demonstração financeira.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impactos dos ajustes de CPC's na demonstrações intermediárias

a) ITR de 31/03/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do
	31/03/2010	31/03/2009	Período
			31/03/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(2.305)		(2.305)
Margem de lucro na Construção	1.115		1.115
Provisão para Manutenção	(822)	(685)	(822)
Estorno de depreciação	5.351		5.351
IR e CS diferidos	(1.135)	233	(1.135)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	2.204	(452)	2.204

b) ITR de 30/06/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do
	30/06/2010	30/06/2009	Período
			30/06/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(4.926)	(201)	(4.926)
Margem de lucro na Construção	3.200	1.521	3.200
Provisão para Manutenção	(1.644)	(1.369)	(1.644)
Estorno de depreciação	12.076	376	12.076
IR e CS diferidos	(2.960)	(111)	(2.960)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	5.746	216	5.746

c) ITR de 30/09/2010

	Patrimônio Líquido		Resultado do
	30/09/2010	30/09/2009	Período
			30/09/2010
Conforme adoção dos CPCs			
Amortização de intangíveis	(12.977)	(22.775)	(12.977)
Margem de lucro na Construção	5.620	3.315	5.620
Provisão para Manutenção	(2.465)	(2.054)	(2.465)
Estorno de depreciação	21.044	1.600	21.044
IR e CS diferidos	(3.815)	6.771	(3.815)
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	7.407	(13.143)	7.407

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

a) Emissão de Debêntures

Em 10 de janeiro de 2011 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. firmou instrumento particular de Escritura Particular da Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no volume de R\$ 400.000 (Quatrocentos milhões);

O prazo de vencimento das debêntures será de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013, data em que será dividido o valor nominal unitário das debêntures acrescida do saldo de remuneração. O pagamento deverá ser realizado em uma única parcela, na data do vencimento.

A totalidade dos recursos obtidos foi destinada ao pagamento do principal relativo à 4ª emissão de notas promissórias da Emissora.

As debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI.

A administração não tem a intenção de resgatar antecipadamente às debêntures.

b) BNDES – Financiamento

Em 10 de fevereiro de 2011 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial (nota 9) da modalidade ponte para sênior.

A primeira liberação na categoria “sub A”, no montante de R\$ 377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$ 273.637, restando o valor líquido de R\$ 103.938.

O montante de R\$377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011, acrescida de juros de 2,45% a.a. acima da TJLP

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes--Continuação

b) BNDES – Financiamento--Continuação

A liberação total aprovada monta R\$1.052.243 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito		Valor (R\$)	Prazo	Taxa Juros
A	TJLP	377.574.952	114 parcelas mensais a partir de 15/10/11	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.786.804		
B - 2	TJLP	9.817.085		
C	TJLP	174.285.092	114 parcelas mensais a partir de 15/10/13	
D	TJLP	15.310.218		
D - 1	IPCA	11.076.958	10 prestações anuais a partir de 15/03/14	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	IPCA	12.123.421		
D - 3	IPCA	15.362.455		
D - 4	IPCA	10.226.901		
D - 5	IPCA	6.388.147		
D - 6	IPCA	25.783.987		
D - 7	IPCA	44.048.359		
D - 8	IPCA	17.753.324		
E	TJLP	138.839.490	114 parcelas mensais a partir de 15/10/15	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988.215		
F - 1	IPCA	19.574.536	10 prestações anuais a partir de 15/03/16	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	IPCA	28.158.940		
F - 3	IPCA	34.353.934		
F - 4	IPCA	38.316.277		
F - 5	IPCA	15.454.258		
F - 6	IPCA	22.019.246		
		1.052.242.599		